**Discussão para as assembleias setoriais de fev./2018: Formas de financiamento do Sinteps**

Antes da reforma trabalhista entrar em vigor, os sindicatos contavam com duas fontes centrais de financiamento: 1) as mensalidades pagas pelos trabalhadores associados; e 2) os valores arrecadados com o Imposto Sindical (desconto anual de um dia de trabalho de todos os trabalhadores, no mês de março).

 No caso do Sinteps, a entidade sempre foi contra a cobrança do Imposto Sindical, pois acredita em um sindicalismo de base, construído em conjunto com os trabalhadores. Por defender essa postura, o Sinteps sempre devolveu para os associados o valor que cabe aos sindicatos no Imposto Sindical. Porém, é inegável que a parte do Imposto Sindical que tem ficado de posse do Sinteps tem sido fundamental para a entidade, permitindo ações e visitas às unidades, espalhados por todo o estado, o que seria difícil de ser feito atualmente apenas com os recursos provenientes das mensalidades dos associados.

Frente à nova realidade, é preciso que os trabalhadores discutam como deve ser financiado o seu sindicato. É consenso que devemos caminhar para uma situação em que a entidade consiga sobreviver e cumprir seu papel a partir da mensalidade de seus filiados. Mas também é fato que, atualmente, o número de filiados não é suficiente para isso.

Portanto, além de trabalhar para fazer crescer cada vez mais o número de trabalhadores filiados, o Sinteps precisa do apoio do conjunto da categoria à qual representa. Na pré-pauta de reivindicações (item 26), há proposta de instituir a “Contribuição Negocial”, correspondente a 2% do salário, uma vez por ano, no mês de março. O valor seria restituído aos filiados.

Nas assembleias setoriais de fevereiro/2018, os trabalhadores do Centro Paula Souza devem discutir essa questão e decidir se concordam que o item 26 conste na Pauta de Reivindicações 2018.